

## A DIMENSÃO URBAN(ÍSTICA) DO PATRIMÓNIO

### LA DIMENSIÓN URBAN(ÍSTICA) DEL PATRIMONIO

### THE URBAN DIMENSION OF HERITAGE

Eixo temático 4 – Identificação, intervenção e gestão do património edificado: instrumentos, metodologias e técnicas

#### **Adelino Gonçalves**

Doutor, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

#### **Resumo:**

A discussão da *dimensão urbana do património* é uma agenda muito oportuna no contexto brasileiro, onde está em curso um redireccionamento das políticas culturais no sentido da integração dos sítios históricos nos seus propósitos de salvaguarda. Esta oportunidade estende-se a outros contextos geográficos e sociopolíticos, como é o caso dos países do sul europeu cujas políticas de ordenamento do território tendem a dar menos valor às dinâmicas de expansão urbana e a valorizar cada vez mais as operações que têm o prefixo *re* no seu nome: regeneração, revitalização, renovação, reabilitação e várias outras. Nestes contextos, a relevância da discussão da *dimensão urbana do património* decorre do facto de as áreas urbanas centrais e mais antigas, tradicionalmente sujeitas a medidas de salvaguarda que inibem as transformações físicas, serem doravante mais intervencionadas do que o foram ao longo das últimas cinco ou seis décadas. Porém, se por um lado é importante e necessário debater as políticas e as metodologias de salvaguarda e gestão do património de dimensão urbana, também não deixa de ser verdade que esse debate não encerra grandes novidades ou, pelo menos, não encerra novidades em termos absolutos. Há muito que se sabe que a salvaguarda deve ser integrada no desenvolvimento. Porém, essa não é a prática corrente. Não será que é porque temos dificuldade de aceitar que “...*tout change avec la grousseur...*” como disse Paul Valéry no seu *Eupalinos*?

**Palavras-chave:** Património urbanístico; reabilitação urbana integrada; desenvolvimento urbano

#### **Resumen:**

*La discusión de la dimensión urbana del patrimonio es muy oportuna en el contexto brasileño, donde hay una redirección de las políticas culturales hacia la integración de los sitios históricos en su propósito de protección. Esta oportunidad se extiende a otros contextos geográficos y sociopolíticos, tales como los países del sur de Europa cuyas políticas de ordenación territorial tienden a dar menos valor a la dinámica de expansión urbana y valoran cada vez más las operaciones que tienen el prefijo re en su nombre: regeneración, revitalización, renovación, rehabilitación y otros. En estos contextos, la importancia de la discusión sobre la dimensión urbana del patrimonio se deriva del hecho de que las áreas centrales y más antiguas, tradicionalmente sometidas a medidas de protección que impiden las transformaciones físicas, serán intervenidas más ahora de lo que fueron en las últimas cinco o seis décadas. Pero si por un lado es importante u necesario discutir las políticas y las metodologías de protección y gestión del patrimonio de dimensión urbana, no es menos cierto que este debate no es nuevo, o al menos no tiene novedades en términos absolutos. Desde hace tiempo se sabe que la protección debe integrarse en el desarrollo. Pero esta no es la práctica común. No será porque tenemos dificultad en aceptar que “...tout change avec la grousseur...” como dijo Paul Valéry en su Eupalinos?*

**Palabras-clave:** Patrimonio urbanístico; conservación integrada; desarrollo urbano

ENCONTRO INTERNACIONAL

# ARQUI MEMÓRIA

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador - Bahia, 14-17 de maio de 2013

4

**Abstract:**

*The discussion of the urban dimension of heritage is timely in the Brazilian context, where there is an ongoing redirection of cultural policies towards the integration of historic sites in their safeguarding purpose. This opportunity extends to other geographic and sociopolitical contexts, such as southern European countries whose land use planning policies tend to give less value to urban growth and provide more value to urban transformation processes that have the prefix re in their names: regeneration, revitalization, renovation, rehabilitation and others. In these contexts, the relevance of this discussion stems from the fact that the inner city, traditionally subject to safeguard measures that inhibit physical transformations, will be more intervened from now on than they were over the last five or six decades. But if, on the one hand, it is important and necessary to discuss the policies and methods of safeguarding and managing urban heritage, it is nonetheless also true that this debate is not new or at least has no news in absolute terms. We know for a long time that the safeguarding of cultural heritage should be integrated in the dynamics of urban development. However, current practices of urban management do not follow this doctrinal principle. Is it because we have difficulty accepting that "...tout change avec la grosseur..." as Paul Valéry said in *is Eupalinos*?*

**Keywords:** *Urban heritage; integrated conservation; urban development*

## A DIMENSÃO URBAN(ÍSTICA) DO PATRIMÓNIO

Tal como é referido no programa da presente edição do *Arquimemória*, a discussão da *dimensão urbana do património* é uma agenda muito oportuna em contextos como o brasileiro, onde está em curso um redireccionamento das políticas culturais, tradicionalmente centradas nos edifícios ou em conjuntos edificados, no sentido da integração dos sítios históricos nos seus propósitos de salvaguarda. Além disso, como também é referido no programa desta edição do *Arquimemória*, a oportunidade desta agenda estende-se de uma formal global ao contexto internacional em virtude da emergência e consolidação de novos conceitos ligados à salvaguarda e gestão patrimonial, como são os casos das *paisagens culturais* e dos *itinerários culturais*.

Mas a oportunidade desta discussão estende-se a outros contextos geográficos e sociopolíticos. Estende-se também, por exemplo, aos contextos em que as políticas de ordenamento do território tendem a dar menos valor às dinâmicas de expansão urbana e a valorizar cada vez mais as operações urbanísticas que têm o prefixo “re” no seu nome: regeneração, revitalização, renovação, reabilitação e várias outras. Todas estas operações têm expressões diferentes na transformação do quadro socioeconómico e do quadro físico das áreas intervencionadas mas, mais importante do que essas diferenças, é o facto de nesses contextos — como é o caso dos países da Europa do sul e, em particular, de Portugal — “fazer cidade” e “refazer cidade” serem conceitos que tendem a fundir-se. Indistintamente, um inclui o outro ou, dito de outra forma, “fazer cidade” é um desígnio sociopolítico e cultural que tende a incluir a transformação da cidade existente como um meio natural e necessário para se concretizarem determinadas visões urbanas.

Assim, é fácil entender o porquê da relevância da discussão da *dimensão urbana do património* nestes contextos, na medida em que as áreas urbanas centrais e mais antigas, tradicionalmente sujeitas a medidas de salvaguarda que inibem as transformações físicas, devem ser doravante mais intervencionadas do que o foram ao longo das últimas seis décadas. No caso de Portugal, esta situação é particularmente melindrosa em virtude de essas áreas acumularem altos índices de despovoamento e de degradação do edificado e requerem, por isto mesmo, a implementação de práticas de gestão urbanística integradas e proactivas que façam face a estes quadros debilitados. Porém, se é verdade que o tema central do *Arquimemória 4* é muito oportuno, também não deixa de ser verdade que nos coloca perante um paradoxo que descrevo, em sentido metafórico, com as palavras de Nuno Portas (2005:488) quando disse

*“...que sobre os centros históricos já se sabe o essencial do que devia ser feito e, em muito casos, até já se fez. Não há mistérios. O problema está dominado, ainda que não esteja resolvido no terreno.”*

Ou seja, se por um lado sentimos que é importante e necessário debater as políticas e as metodologias de salvaguarda e de gestão do *património de dimensão urbana*, também não deixa de ser verdade que esse debate não encerra grandes novidades ou que não encerra novidades em termos absolutos.

Sabemos, por exemplo — há quase quatro décadas que sabemos —, que a salvaguarda do património urbano é um desígnio sociocultural que deve ser implementado a par de outras políticas urbanas multissetoriais, de modo a assegurar um desenvolvimento urbano coeso e socialmente justo. É esse o significado do princípio da “conservação integrada” tal como foi consagrado em 1975 na Declaração de Amesterdão e na Carta Europeia do Património Arquitectónico, ou seja, como uma política urbana integrada que deve conjugar a salvaguarda dos centros históricos e o controlo das pressões que as periferias exercem sobre essas áreas, nomeadamente, a segregação do seu quadro socioeconómico. Não constitui qualquer novidade,



pois, o facto de a salvaguarda do património urbano não dever ser entendida apenas como uma questão normativa ou jurídico-administrativa, mas sim como uma questão de gestão urbanística integrada que, como tal, deve ser suportada pelos instrumentos próprios da urbanística, ou seja, pela cascata de instrumentos de gestão territorial e por todos os dispositivos jurídicos e financeiros dedicados à execução desses instrumentos.

Mas o paradoxo a que me refiro tem outras expressões que também reflectem um misto de “pertinência” e de “evidência” e derivam das duas circunstâncias seguintes. A primeira é o facto de haver uma grande resistência sociocultural e política a generalizar-se o entendimento de que a *dimensão urbana do património* não é apenas uma questão de “medida”. A segunda é a existência do mesmo tipo de resistência a generalizar-se o entendimento de que as cidades são constituídas por “sistemas de continuidades” (GONÇALVES, 2010: 77-81) e que, como tal, a gestão do seu desenvolvimento não se compadece com metodologias parcelares e alheadas mas, pelo contrário, devem ser estratégicas e integradas.

O que é que eu quero dizer com a identificação destas resistências?

Em primeiro lugar, quero dizer que os princípios e as metodologias de salvaguarda e gestão do “património de dimensão urbana”, não são os mesmos da salvaguarda e gestão do “património de dimensão arquitectónica”. Quando muito, os primeiros integram os segundos, mas não se esgotam neles. Além disso, há questões relacionadas com o valor dos bens culturais que não podem ser colocadas indiferenciadamente num ou no outro caso.

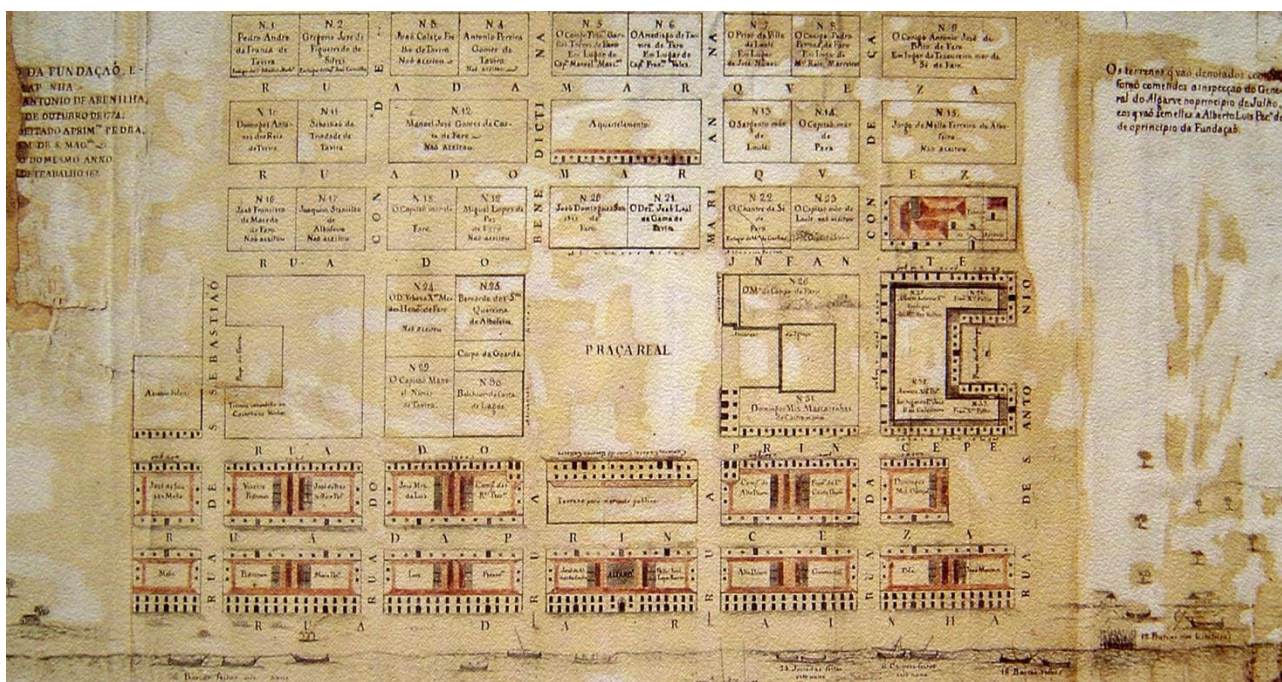


Figura 01: Vila Real de Santo António. Planta geral da fundação da vila, desenho-relatório de José D' Sande Vasconcelos, Outubro de 1774. Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António.

Dou um exemplo: só em casos muito excepcionais é que tem sentido que as questões da *autenticidade*, da *originalidade* ou da inserção do *novo* no *velho* sejam colocadas no âmbito da salvaguarda do “património de dimensão urbana”. De facto, quantas cidades é que foram concebidas de raiz, a partir do zero, com um urbanismo de grau absoluto? Isto é, quantas cidades é que foram criadas *ex novo* com o desenho da malha urbana e do edificado em simultâneo? Vila Real de Santo António, no Algarve, em Portugal, é um desses casos raros (Figura 01). É uma

cidade que foi concebida no séc. XVIII como “cidade-fábrica” e como “cidade-objecto”. “Cidade-fábrica” destinada à pesca, à salga e comercialização de peixe. “Cidade-objecto”, concebida como um grande edifício a marcar o limite do território português na fronteira com Espanha e com uma fachada de aparato virada para o país vizinho.

Mas sobre Coimbra, que é a minha cidade, terá algum sentido falar-se num momento original e autêntico da sua malha urbana? O que Coimbra é hoje, é o resultado de todas as transformações da sua malha que foram ocorrendo ao longo da sua história.

No caso do “património de dimensão arquitectónica”, os problemas da *autenticidade* e da *originalidade* constituem verdadeiros campos de batalha espiritual. Mas, mesmo neste domínio patrimonial, a consideração de que os bens culturais são inseparáveis da sua história, isto é, das marcas da passagem do tempo que eles registam, já se constituiu como um princípio doutrinário em 1964, com a Carta de Veneza (ICOMOS).

Já no caso do “património de dimensão urbana” a marca do tempo constitui a sua própria natureza. Como Walter Rossa (2012:4) disse há pouco tempo a este propósito

*“Para admitirmos a existência de cidades históricas necessitaríamos de saber quais não o são, o que é um paradoxo, uma impossibilidade. O urbano transforma-se permanentemente, não lhe sendo, por natureza, admissível o regresso a qualquer passado genuíno.”*

Em segundo lugar, precisamente por causa desta última referência, quero dizer que não tem sentido delimitar uma área como sendo o “centro histórico”, se se pretender, com esse procedimento, considerá-la à margem do resto da cidade em termos urbanísticos. É a isto que me estou a referir quando digo que as cidades são constituídas por “sistemas de continuidades”. Um desses sistemas é a “continuidade histórica”, na medida em que o espaço urbano é, todo ele, contemporâneo. Numa mesma cidade, não existem partes com história e partes sem história. Mas há outros “sistemas de continuidades”.

Há a “continuidade morfológica”, na medida em que o sistema de espaços públicos de uma cidade não é fragmentável, ainda que seja constituído por elementos de composição substantivos, como são, por exemplo, as ruas, as praças ou os quarteirões.

Há a “continuidade funcional” dos sistemas urbanos, na medida em que as redes infra-estruturais constituem uma rede de interdependências que não varia de forma substantiva em todo o território urbano.

Por fim, há a continuidade das relações entre os usos do solo, na medida em que a economia das cidades não tem vínculos absolutos e definitivos com os seus tecidos urbanos.

Com esta comunicação, não tenho, naturalmente, a pretensão de avançar com soluções para estas resistências e para as suas influências na salvaguarda e gestão do “património de dimensão urbana”. Pretendo, tão só, fazer algumas provocações com a exposição das “pertinências” e das “evidências” do paradoxo que referi e que espero que estimulem o debate e reflexões futuras.

E sigo começando pelo princípio. Isto é, sigo fazendo referência às duas grandes correntes de pensamento estabelecidas no século XIX por John Ruskin (1849) e Viollet-le-Duc (1863, 1875), para dizer que deve haver um motivo muito forte que explique o facto de hoje, quando falamos de património arquitectónico ou de património urbano, nos ocorrer de forma imediata e intuitiva a noção de “defesa”.



Ou seja, quando falamos em património de dimensão arquitectónica ou de dimensão urbana, não nos limitamos a pensar nos bens que os constituem em termos substantivos, mas também os associamos a um conjunto de acções relacionadas com a sua gestão. No entanto, tendemos a dar menos atenção às ideias que Viollet-le-Duc (1875:31-32) desenvolveu na sua definição de “restauro” quando dizia “...le meilleur moyen pour conserver un édifice, c’est de lui trouver une destination, et de satisfaire si bien à tous besoins que comande cette destination...” e a dar mais atenção às seguintes ideias de John Ruskin (1849:182):

*“Watch an old building with care; guard it as best you may, and at any cost from every influence or dilapidation. [...] I must not leave the truth unstated, that it is again no question of expediency or feeling whether we shall preserve the buildings of past times or not. We have no right whatever to touch them. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all the generations of mankind who are to follow us.”*

Do mesmo Viollet-le-Duc (1863:111), tendemos a não seguir tão espontaneamente quanto devíamos as suas ideias de integração da cidade velha nas dinâmicas de desenvolvimento urbano, quando dizia

*“En écoutant parfois les esprits chagrins qui blâment quand même les prodigieux travaux de percement accomplis à Paris et dans nos grands centres, on se demande comment les choses se seraient passées si nos villes eussent été laissées dans l’état où elles étaient il y a vingt ans? Aurait-on pu vivre, circuler, vendre ou acheter?”*

De certo modo, tanto nos discursos formais sobre o “património de dimensão arquitectónica”, como nos discursos sobre o “património de dimensão urbana”, esteve sempre presente a ideia de que ao ser reconhecido o seu valor cultural, esse reconhecimento não devia traduzir-se na sua subtracção ao “mundo da vida” (HUSSLERL, 1936).

Porém, passado mais de um século sobre estas palavras inaugurais dos discursos “intervencionista” e “anti-intervencionista” — como costumam ser chamados —, ainda resistimos a integrar nas metodologias de salvaguarda e gestão, as seguintes ideias relativas à “vida dos bens culturais” e ao “valor dos bens culturais”.

Em primeiro lugar, a ideia de que as diferentes categorias de bens culturais imóveis — desde os monumentos e outras construções excepcionais, como uma muralha, por exemplo, até aos edifícios correntes ou à “arquitectura menor” — não podem ser objecto do mesmo tipo de consideração em termos de salvaguarda ou de gestão urbanística.

A gestão do valor cultural de um monumento, por exemplo, pode atender apenas objectivos memoriais ou educativos e os correspondentes encargos de manutenção e funcionamento podem ser suportados integralmente pelas finanças públicas. Este tipo de objectivos e este tipo de princípio de gestão dos bens culturais imóveis, também produzem naturalmente os seus benefícios, como são por exemplo os que provêm de todos os sectores de actividades económicas relacionadas com o turismo cultural. Mas é irreal pensar da mesma forma em relação a todos os bens culturais independentemente da categoria a que pertencem, como também é irreal pensar em aplicar medidas estritas de preservação de todo o edificado de um centro histórico. Não só, os Estados não conseguiriam suportar tamanho encargo, como isso constituiria um factor de desagregação urbana em virtude dos desequilíbrios estruturais que originaria no quadro socioeconómico de uma cidade.

Independentemente da sua dimensão e da sua categoria, a integração do património no desenvolvimento urbano não só é desejável, como é inevitável porque, sem vida, qualquer bem perece.

Em segundo lugar, a compreensão cabal do valor histórico de um bem cultural imóvel, não pode limitar-se à leitura crítica das suas características morfológicas, nem estas devem ser consideradas à margem do seu contexto de inserção. Não estou, com isto, a referir-me à distensão da noção de património como ficou registada na referida Carta de Veneza, isto é, considerando que a “...noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano...” (ICOMOS, 1964:§1 in LOPES; CORREIA, 2004:104).

Estou a referir-me antes à influência que certos edifícios e certas construções tiveram ao longo do tempo na conformação das malhas urbanas, bem como, ao invés, à influência que as malhas urbanas tiveram na criação de certos edifícios ou de certas construções. Pense-se, a título de exemplo, na muralha medieval de uma cidade que tenha sido absorvida pelo crescimento da sua malha urbana e na influência que a mesma terá exercido na conformação desse desenvolvimento ao longo do tempo (Figura 02).



Figura 02: Reconstituição do circuito defensivo (muralha e castelo) de Coimbra tardo-medieval. Walter Rossa e Sandra Pinto – Banco digital de cartografia da evolução urbanística de Coimbra, 2003.

O sentido original das portas dessa muralha radica nos caminhos que suportavam a aproximação e a partida do respectivo núcleo urbano. Com o tempo, esses caminhos foram-se transformando em ruas, largos ou praças. Por sua vez, estes espaços foram sendo conformados pelo edificado, organizado ou não em quarteirões, mas procedendo sempre do cadastro que antecedeu a sua urbanização. Mesmo depois do desaparecimento parcial ou integral da sua cintura, o perímetro dessa muralha perdura e revela-se na morfologia urbana adjacente ou envolvente.

Assim, a compreensão cabal do valor cultural do circuito defensivo de um núcleo urbano, não se constrói sem o conhecimento histórico da formação e transformação do tecido urbano que o absorveu. Entendido desta forma, não tem sentido que a salvaguarda deste bem cultural se resuma à instituição de zonas de protecção automáticas como acontece no contexto português, em que estas zonas são constituídas por perímetros de 50 metros em seu redor ou em redor dos segmentos da muralha ainda existentes ou de elementos arquitectónicos que a constituíam.

Mas, pergunto: tem sentido que o valor cultural de uma muralha não seja entendido desta forma? Isto é, a dimensão patrimonial de uma muralha não é simultaneamente arquitectónica e urbanística? Mais: não deverá estender-se esta leitura urbanística da “dimensão arquitectónica do património” a um universo maior de bens culturais imóveis? Por conseguinte, o urbanismo não deve ser considerado e valorizado, por si só, como um bem cultural e, como tal, como o bem que reúne o carácter multifacetado da dimensão arquitectónica e urbana do património?

Sigo e termino as minhas provocações sobre o misto de “pertinências” e “evidências” que o tema central do *Arquimemória 4* encerra, referindo as teorias urbanas de Gustavo Giovannoni.

Refiro-o, naturalmente, por ter sido, de acordo com Françoise Choay (1992:169-74), quem associou pela primeira vez o valor cultural das áreas urbanas antigas à noção de património urbano. Ou seja, porque no enredo das teorias da salvaguarda e da gestão do “património de dimensão arquitectónica”, terá sido a primeira personagem a sistematizar um conjunto de princípios e metodologias relativas à “dimensão urbana do património”. Mas refiro-o sobretudo porque não tratou o “património de dimensão urbana” como um “...*objecto autónomo de uma disciplina própria, mas sim como elemento e parte integrante de uma doutrina geral de urbanização*” (CHOAY, 1992:169).

Embora tenha dado um contributo muito importante para as teorias e práticas do restauro, as ideias de Gustavo Giovannoni também incluíam uma visão integrada do património arquitectónico, para usar uma expressão muito em voga actualmente. Porém, como é bem sabido, essas ideias foram ignoradas durante mais de meio século e só a partir da década de 1980 é que começaram a ter o relevo que acho que lhes é merecido.<sup>1</sup>

Algumas dessas ideias encontrariam um paralelo nas políticas de reabilitação urbana que se desenvolveram no contexto europeu a partir do final da década de 1960 e, em particular, no contexto italiano, com o processo de reabilitação do centro histórico de Bolonha, planeado inicialmente por Campos Venuti e Leonardo Benevolo e desenvolvido posteriormente por Pier Luigi Cervellati e Roberto Scannavini.

Com a ressalva de que embora desprezados, sempre foram conhecidos em determinados circuitos culturais e políticos, quero relevar os seguintes aspectos das teorias de Giovannoni.

Em primeiro lugar, o facto de que ainda que tivesse o objectivo de distinguir a “cidade velha” e a “cidade moderna”, não entendia que a conservação do património urbano fosse apenas uma tarefa de preservação estrita da memória da áreas urbanas antigas. Na verdade, o seu objectivo não era apenas o de defender a “cidade velha” da voracidade do “...*sviluppo della vertiginosa vita moderna...*” (GIOVANNONI, 1931:6). Embora não se referisse nestes termos, o seu objectivo consistia na definição de princípios e metodologias de gestão que assegurassem um desenvolvimento coeso da “cidade integral” (GIOVANNONI, 1931:6), ou seja, da cidade no futuro.

<sup>1</sup> Sobretudo com os contributos de Françoise Choay (1992), Francesco Ventura (1995), Guido Zucconi (1997), Paulo Rosa (1998) e Denis Rodwell (2007).



Para concretizar esse objectivo, considerava que a “cidade velha” tinha de estar presente em práticas de gestão urbanística integrada e de escalas variáveis:

- a) A uma escala territorial, para gerir as redes de comunicações e transportes;
- b) À escala urbana, para gerir um desenvolvimento polinuclear, com uma distribuição equilibrada dos usos do solo.<sup>2</sup>

Além disso, defendia que os processos de expansão urbana deviam processar-se segundo dois modelos de desenvolvimento: o modelo de extensão contígua e o modelo de crescimento periférico. Para ambos os casos, defendia os seguintes princípios:

- a) Que as extensões urbanas, os novos núcleos periféricos e todo o sistema viário, deviam ser integrados em planos regionais e em planos detalhados, dedicados à expansão urbana;
- b) Que tanto as extensões urbanas, como os novos núcleos periféricos deviam ter a sua própria centralidade e conformar-se com uma identidade morfológica clara;
- c) Por fim, que se devia evitar a intensificação dos movimentos centrípetos sobre a cidade velha e que, por sua vez, esta devia ser protegida do tráfego de atravessamento.

Todos estes aspectos das ideias de Gustavo Giovannoni e outros eventualmente mais conhecidos ou mais citados – como a teoria de *diradamento* (GIOVANNONI, 1931:248-80) –, revelam que tinha um entendimento holístico e integrado do fenómeno urbano, bem como uma consciência clara das implicações instrumentais e metodológicas que este entendimento tinha ao nível da gestão urbana. De facto, em algumas passagens do seu *Vecchie città ed edilizia nuova*, Giovannoni refere-se à necessidade de os municípios assumirem uma postura proactiva na gestão urbana para controlar efectivamente o desenvolvimento urbano e garantir, desse modo, a defesa da “cidade velha”<sup>3</sup>. Mas da mesma forma que defendia uma gestão urbana pró-activa, consciente que estava das limitações dos quadros técnicos dos serviços estatais e municipais, também defendia a necessidade de melhorar substancialmente o ensino do urbanismo.<sup>4</sup>

Por tudo isto, repito o que disse antes quando afirmei que a “dimensão urbana do património” não é apenas uma questão de “medida”. Repito também as palavras de Nuno Portas (2000:488) quando disse que “...sobre os centros históricos já se sabe o essencial do que devia ser feito...”, para terminar com uma pergunta retórica: se sabemos há tanto tempo o que deve ser feito, porque não o fazemos? Será que é porque temos dificuldade de aceitar que “...*tout change avec la grouseur...*” como disse Paul Valéry (1945:94) no seu *Eupalinos*?

<sup>2</sup> Como referem, a este respeito, Françoise Choay (1992:169-74) e Paulo Rosa (1998:23-33).

<sup>3</sup> É esse o caso das suas abordagens à operacionalidade da cascata de planos urbanísticos e, em particular, das suas referências à execução dos planos de âmbito territorial localizado, com o recurso à criação de consórcios e de órgãos administrativos com poderes executivos que lhes conferissem um carácter proactivo. Nas palavras de Gustavo Giovannoni (1931:204), estes órgãos “...*dovrebbe avere funzionamento agile, possibilità di organizzare opere di formazione di nuovi quartieri, di valorizzazione di terreni, di coordinare le diversissime iniziative dei vari enti, talvolta spronando ed unificando l'attività dei privati, talvolta ad essei sostituendosi coi mezzi stessi a disposizione del Comune, ma con metodi affini a quelli delle private società commerciali ed industriali.*”

<sup>4</sup> A este respeito, Giovannoni (1931:5) dizia “*Ancora negli uffici tecnici statali e comunali è quasi assoluta la incompetenza, con quel tipico ritardo di fase ad accogliere nuovi metodi e nuove idee che à costante nell'ordinamento e nelle tendenze dei pubblici uffici; nè è da farne colpa ad alcuno, quando anche l'insegnamento ufficiale è ancora in questo campo appena in embrione.*”

## REFERÊNCIAS

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. **Bologna: politica e metodologia del restauro nei centri storici**. Bologna: Il Mulino, 1973.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova**. Torino: UTET Libreria, 1995.

GONÇALVES, Adelino. Áreas urbanas para (re)habilitar as relações entre cidade e património? In: CEDÓUA / FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA. **O Novo Regime de Reabilitação Urbana**. Coimbra: Almedina, pp. 75-91.

ICOMOS. **The Venice Charter, International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites**, 1964, II International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel. **Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

PORTAS, Nuno. O Desafio Urbano. In: MENDES, Manuel (org.). **Nuno Portas: Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto**. Porto: FAUP, 2005 p. 487-493.

RODWELL, Dennis. **Conservation and sustainability in historic cities**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007

ROSA, Paolo. **La città antica tra storia e urbanistica**. Roma: Editrice Librerie Dedalo Roma, 1998.

ROSSA, Walter. **Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela**. Sumário pormenorizado da lição apresentada para provas de agregação em Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2012. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10316/21480>> Acesso em 03 fev 2013.

RUSKIN, John. **The Seven Lamps of Architecture**. New York: John Wiley & Sons, 1885.

VALÉRY, Paul. **Eupalinos. L'Âme et la Danse. Dialogue de l'arbre**. Paris: Gallimard, 1945.

VENTURA, Francesco. Attualità e problemi dell'urbanistica giovannoniana. In: GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova**. Torino: UTET Libreria. p. XIII-XXIX.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. **Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle**. Tome VIII. Paris: V. A. Morel et C.º, Libraires – Éditeurs, 1875.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. **Entretiens sur l'architecture**. Tome II. Paris: V. A. Morel et C. Éditeurs, 1863.

ZUCCONI, Guido. **Gustavo Giovannoni. Dal capitello alla città**. Milano: Jaca Book, 1997.